

# TEORIA DA CONTABILIDADE

**Mauro Aparecido da Silva**<sup>1</sup> **Jonas Comin de Campos**<sup>2</sup>

1-Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba.  
Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos, SP.

e-mail: [silva-mauro@bol.com.br](mailto:silva-mauro@bol.com.br)

2-Instituto de Pesquisas & Desenvolvimento – IP&D – Universidade do Vale do Paraíba.  
Av. Shishima Hifumi 2911 – Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos, SP.

e-mail<sup>2</sup>: [comin@uol.com.br](mailto:comin@uol.com.br)

**Palavras-chave:** Contabilidade, Empresa, Usuário.

**Área do Conhecimento:** IV Ciências Sociais Aplicadas

**Resumo:** O artigo estuda e investiga a Teoria da Contabilidade, sua evolução e suas tendências. O escopo é analisar a relação existente, em especial focar a importância das Informações Contábeis e os usuários delas, sempre ciente do processo de normatização e harmonização de Normas e Princípios Contábeis. A Contabilidade é vista como um componente social desde os primórdios, uma vez que se vincula à sociedade acabando a evoluírem juntas. Por outro lado, por ser uma ciência social, a Contabilidade sofre influências do meio em que opera e deve ser adaptada ao contexto das mudanças sócio-político-econômicas, sem prejudicar seu propósito que é atender bem a todos os usuários da Informação Contábil.

## INTRODUÇÃO

A Contabilidade é um dos conhecimentos mais antigos que surgiu pela necessidade prática do próprio gestor do patrimônio. O propósito era conhecer, controlar, medir resultados, obter informações sobre produtos mais rentáveis, fixar preços e analisar a evolução de seu patrimônio.

Dessa forma, o gestor passou a criar rudimentos de escrituração que atendessem a tais necessidades.

Ao longo dos séculos, muitas tentativas foram sendo elaboradas até que o método das partidas dobradas – princípio de que para todo débito em uma conta existe simultaneamente um crédito, da mesma maneira que a soma do débito será igual ao do crédito, sendo a soma dos saldos devedores igual a soma dos saldos credores – mostrou-se o mais adequado, produzindo informações úteis e capazes de atender a todas as necessidades dos usuários para gerir o patrimônio.

Com a formação de companhias, a Contabilidade passou a interessar a grupos maiores de pessoas – acionistas, financiadores, banqueiros, fornecedores, órgãos públicos, empregados -, além da sociedade em geral, uma vez que a vitalidade das empresas tornou-se assunto de relevante interesse social.

A Contabilidade formatou-se de acordo com o ambiente no qual fora operada. Como os povos têm histórias, valores e sistemas políticos diferentes, ela ganhara padrões diferenciados de desenvolvimento financeiro-contábil.

No Brasil, a Contabilidade difere-se dos demais países pela diversidade, pois os sistemas e métodos contábeis são impares. Enquanto em alguns países como os Estados Unidos da América (EUA), a informação financeira é dirigida principalmente às necessidades dos investidores e dos credores. A utilidade da decisão aparece como critério para julgar sua qualidade. Por outro lado, em vários países Sul-Americanos, está designada primeiramente para assegurar que o montante apropriado do imposto de renda seja arrecadado pelo governo.

A Lei nº 6.404/76 contempla no Brasil o tratamento tributário, porém está mais ligada à proteção dos credores da entidade. Já na Europa e Ásia, a Contabilidade é designada para auxiliar no cumprimento das políticas macroeconômicas, tais como o alcance de uma taxa pré-determinada de crescimento na economia nacional.

Percebe-se que a Contabilidade possui vários modelos e padrões, mediante as características dos países. No entanto, de qualquer forma tem uma dinâmica e uma maleabilidade muito grande, adaptando-se perfeitamente em qualquer contexto sócio-econômico-cultural em que esteja inserida.

## OBJETIVOS

Desenvolver o raciocínio contábil, adquirindo uma visão ampla da teoria da Contabilidade, pela sua fundamentação.

Sendo que o objetivo geral é interpretar e analisar os fenômenos da Contabilidade, de tal modo a permitir a sua adequada análise, avaliação, classificação e

reconhecimento, de acordo com os princípios e convenções contábeis.

## METODOLOGIA

A abordagem indutiva partiu de uma leitura investigativa por meio de obras literárias e artigos divulgados em *sites*, a fim de se obter maior embasamento teórico-prático sobre o tema.

### 1. CONCEITOS

Num estudo realizado por (RODRIGUES, 2004), há evidências de que o termo Contabilidade é de origem Ibérica.

Ficou definido no Primeiro Congresso de Contabilidade, realizado no Rio de Janeiro que Contabilidade é a “ciência que estuda e pratica as funções de orientação e controle relativo aos atos e aos fatos da administração econômica” (AIROSA NETTO, 1980).

Várias foram as doutrinas sobre Contabilidade. Na visão de (MIRANDA, 2004), trata-se da ciência que estuda e controla o patrimônio, objetivando representá-lo graficamente, evidenciar suas variações, estabelecer normas para sua interpretação, análise e auditoria, além de ser utilizado como instrumento básico para a tomada de decisões de todos os setores direta ou indiretamente envolvidos com a empresa.

Corroborando com, (ALMEIDA, 1996) diz que mediante o registro, a demonstração expositiva e as revelações de fatos ocorridos no patrimônio das entidades, o escopo da Contabilidade é oferecer informações acerca da composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza econômica.

De modo geral, na Contabilidade o objeto sempre será o Patrimônio de uma entidade, definido como um conjunto de bens, direitos e obrigações para com terceiros, pertencentes a uma pessoa física ou a um grupo de pessoas (RODRIGUES, 2004).

No Brasil, a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, inicialmente elaborada pelo Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (IPECAF) e incorporada ao conjunto de pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) em 22 de novembro de 1985, define a Contabilidade como “um sistema de informações e avaliação destinada a prover seus usuários com demonstrações e análise de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização”.

### 2. ESCOLAS DE CONTABILIDADE

No entanto, acredita-se que as doutrinas contábeis foram introduzidas por diversas escolas conforme o perfil da época em que eram delineadas.

#### 2.1 Escola italiana

Surgiu entre os séculos XIII e XIV, ganhando repercussão por toda a Europa com a obra do Frei Luca Pacioli “*La Summa de Arithmetica, Proportioni et Proportionalitá*”. Várias foram as correntes de pensamento contábil derivadas da Escola Italiana, dentre as mais relevantes (RODRIGUES, 2004):

- **Contismo** – define a Contabilidade como a ciência das contas. O termo “Conta Capital” era visto como a dívida da empresa para com o capitalista;
- **Personalismo** – enfatiza a relação jurídica entre as pessoas como propósito da Contabilidade. A Contabilidade passou a ser considerada como informacional sobre a gestão das entidades;
- **Controlismo** – limita a ciência em função do controle das entidades, mediante critérios de conveniência econômica. Desenvolveu princípios sistêmicos que informavam acerca do patrimônio, dos inventários, das avaliações de bens, dos orçamentos e das demonstrações contábeis;
- **Neocontismo** – acentua a ciência como sendo o estudo da análise patrimonial e dos fenômenos decorrentes da gestão empresarial. Concentrou-se na teoria materialista ou positivista das contas. Sua maior contribuição foi a separação entre passivo e situação líquida no balanço;
- **Aziendalismo** – define Contabilidade como a ciência da administração da entidade. O resultado era considerado o mais importante fenômeno econômico da empresa;
- **Patrimonialismo** – vê a ciência como estudo da estática, da dinâmica e da revelação patrimonial.

#### 2.2 Escola americana

Surgiu juntamente com as grandes corporações no início do século XX. Caracterizou-se pelo aspecto prático no tratamento de problemas econômico-administrativos, com limitadas construções teóricas as quais tiveram origem em entidades ligadas a profissionais da classe contábil (RODRIGUES, 2004).

A Escola Americana transformou-se numa das mais importantes e influentes no mundo, ditando regras para o tratamento de questões ligadas à Contabilidade de Custos, Controladoria, Análise das Demonstrações Contábeis, Gestão Financeira, Controle Orçamentário etc. Foram estabelecidos dois

objetivos gerais, quanto ao fornecimento de informações sobre os(as):

- Recursos econômicos e obrigações da entidade;
- Mudanças nos recursos da entidade, visando fomentar a qualificação das informações aos diversos usuários.

### 2.3 Escola alemã

Na concepção de (MEDRADO, 2004), a Escola Alemã é derivada em parte das crescentes necessidades dos usuários das informações contábeis nos vários setores da sociedade entre o final do século XIX e início do XX. Essa evolução ocorreu mediante fatores como:

- Desenvolvimento dos mercados financeiros;
- Aceleração crescente da concentração das companhias;
- Expansão dos grupos empresariais;
- Crises sociais dos períodos de guerra e pós-guerra.

A criação de grandes empresas, como as multinacionais ou transnacionais, por exemplo, que requerem grandes capitais, de muitos acionistas, foi o primeiro motivo do estabelecimento das teorias e práticas contábeis. A idéia era permitir uma correta interpretação das informações, por acionistas ou outros interessados, em qualquer parte do mundo (CONTABILIDADE, 2004).

Acima de tudo, a Escola Alemã significou uma importante contribuição ao processo de comunicação contábil.

### 2.4 Escola neopatrimonialista

Consiste em uma nova corrente científica que se aplicou na direção de classificar e reconhecer, especialmente as relações lógicas que determinam a essência do fenômeno patrimonial das dimensões ocorridas.

O Neopatrimonialismo enfatiza a “razão dos acontecimentos dos fatos”, ou seja, qual a verdadeira influência dos fatores que produzem a transformação da riqueza – ambientes interno e externo que envolvem os meios patrimoniais (RODRIGUES, 2004).

## 3. HISTÓRICO

### 3.1 Os primórdios da Contabilidade

A Contabilidade é tão antiga quanto a própria civilização. Há fortes evidências de que ela surgiu 6.000 anos a.C., dos povos Babilônicos, Fenícios, Egípcios, Gregos, Cretenses, Romanos etc. A ciência passou por um período: “Época Empírica” (6.000 a 1.202 a.C.) que se caracterizou pela ausência de sistematização dos registros e pela ausência dos estudos de natureza científica e metodológica.

Numa obra, (SANTOS, 2004) afirma que a Contabilidade surgiu das necessidades que as pessoas tinham de controlar aquilo que possuíam, gastavam ou deviam. Procura constante de sempre encontrar uma maneira simples de aumentar suas posses. Logo, com as primeiras administrações, apareceu a necessidade dos registros.

Durante um longo período a Contabilidade foi vista como arte da escrituração mercantil do povo Sumério, o qual utilizava técnicas específicas que foram sendo aperfeiçoadas e especializadas, sendo algumas delas aplicadas até os dias de hoje. Conforme o enriquecimento gradual do homem, era imposto o estabelecimento de técnicas para controlar e preservar seus bens.

A priori, a Contabilidade era utilizada para anotar a medição, o transporte e a comercialização de trigo que acontecia entre os rios Tigres e Eufrates, na região da Mesopotâmia. Pesquisas de (VIANA, 1997), apontam hieróglifos – desenhos – como figuras de pastores registrando suas ovelhas por meio de pedrinhas.

Na Babilônia, a escrituração era realizada em tábuas de argila. Os templos já possuíam escritórios próprios – *DUB-SAR* – e o chefe de escrituração era *DUB-SARMAG* ou *PA-DU-SAR*. Com a intenção de evitar adulterações, criaram o “Selo do Sigilo” do Templo. – marcando uma nova fase de evolução no controle e nas administrações. Período este em que apareceram o Diário e o Memorial. No Império Médio, (SANTOS, 2004) relata que foi encontrado um livro escriturário, o “Livro de Contas da Corte Real”, em que era feito o registro diário da entrada de bens.

Até o aparecimento da moeda a evolução da ciência Contábil foi lenta. Na época da barganha – troca pura e simples de mercadorias -, os negociantes anotavam as obrigações, os direitos e os bens perante terceiros, porém, obviamente, tratava-se de um mero elenco de inventário físico, sem avaliação monetária.

Entretanto, foi o Egito que revolucionou a humanidade e, por seguinte, a evolução da Contabilidade, tanto pelo amor à Escrita quanto pela revolução de todas as ciências.

### 3.2 Atividades mercantis na Europa

Foi na Europa que a Contabilidade atingiu a fase adulta e madura. Cidades como Veneza, Gênova, Florença e Pisa fervilhavam de atividade mercantil, econômica e cultural a partir do século XIII. Época essa em que Luca Pacioli escreveu o famoso "*Tractus de Computis et Scripturis*" – exposição da Contabilidade mais completa e rica em detalhes de todos os tempos.

### 3.3 Contabilidade moderna

A partir de 1920, a ascensão econômico-cultural da região norte-americana, com o surgimento das gigantescas corporações, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e ao extraordinário ritmo de desenvolvimento que os EUA experimentaram e seguem ainda. Constituíram-se em avanço das teorias e das práticas contábeis vindo a influenciar de forma global todo o mundo, inclusive a própria Itália que muito fez pela Contabilidade na Europa.

### 3.4 O ensino de Contabilidade

Era reconhecida a importância do ensinamento de Contabilidade e Administração em Portugal – Aula do Comércio – criada pelo Marquês de Pombal em 1759, durante o reinado de D. José I. Sua finalidade era formar cidadãos competentes para a organização de negócios. Em 1970, Coimbra ganhava o curso de Contabilidade.

Posteriormente, com a entrada em vigor do Decreto-Lei 327/76 de 06/05, os Institutos Comerciais de Lisboa, Coimbra e Porto dão lugar aos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, cuja orgânica se encontra plasmada no Decreto-Lei nº 443/85, de 24/10, escolas que vieram a ser integradas no subsistema Politécnico do Ensino Superior.

Obviamente, a Contabilidade mudou ou fora transformada da água para o vinho no passar dos tempos, virando profissão.

## 4. A CONTABILIDADE NO BRASIL

A ciência contábil surgiu no Brasil com aulas lecionadas na matéria de Comércio da Corte, na Escola de Comércio Álvares Penteado – primeira instituição escolar especializada no ensino da Contabilidade do país.

De maneira geral, a Contabilidade no país sofreu influência da Escola Italiana até a Lei das Sociedades Anônimas, quando os norte-americanos começaram a ser fonte de inspiração aos brasileiros. Depois de 1920, as firmas comerciais ou industriais já tinham seus Guarda-Livros – homem bem intencionado, mas de pouca formação técnica. Essa pessoa fazia toda Contabilidade e controle financeiro

da empresa, como escrituração, correspondências, contratos, destratos, preenchimento de cheques, pagamentos e recebimentos (MOURA, 2004).

Com a instalação do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais pela Universidade de São Paulo (USP) em 1946, o Brasil ganhou seu primeiro núcleo efetivo de pesquisa contábil de grande relevância à Contabilidade. Todavia, doutrinas desenvolvidas na Itália, França, Espanha, Portugal e Argentina deixaram riquezas metodológicas.

## 5. ESTRUTURA CONCEITUAL DA CONTABILIDADE

Significa a composição e o arcabouço, sendo fundamental e hierárquico. Segundo (RODRIGUES, 2004), os estudiosos Sprouse e Moonitz de certa forma hierarquizaram vários conceitos, Mattessich denominava todos os Conceitos Fundamentais, Anthony admitiu a diferença entre Princípios e Convenções; no Brasil o Conselho Federal de Contabilidade classifica-os em Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Evidente que a necessidade de hierarquização existe, mas visando não quais são aquelas doutrinas que seriam mais ou menos importantes. O objetivo da hierarquização deve pregar o melhor entendimento da evolução e do entrelaçamento dos vários conceitos. O corpo de doutrinas deve ser sempre integral e articuladamente observado, independente de hierarquia, caso contrário a estrutura ruiria. Justificando: uma falha de consistência de período para período tem quase a mesma gravidade como o não exato cumprimento da realização da Receita ou Despesa.

A hierarquia existe, para caracterizar bem que certos conceitos, pela sua amplitude e abrangência social, possuem características de condicionar outras doutrinas. Isto sob o ponto de vista filosófico.

Certos teoremas são constatações sobre o ambiente ou cenário em que a Contabilidade atua e constituem a razão de ser de vários outros conceitos que se seguem. Seriam considerados de uma maior hierarquia. Outros que complementam a aplicação dos demais são considerados de menor hierarquia.

De acordo com (IUDÍCIBUS, 2004), os Princípios Fundamentais de Contabilidade classificados em três categorias básicas:

- **Postulados Ambientais da Contabilidade** – axiomas;
- **Princípios Contábeis** – teoremas;
- **Restrições aos Princípios Fundamentais ou Convenções** – corolários (deduções ou conseqüências).

## 5.1 Postulados ambientais da Contabilidade

Numa explanação da Teoria da Contabilidade, (MEDRADO, 2004) fala que os Postulados Ambientais solenemente enunciam condições sociais, econômicas e institucionais dentro dos quais as Ciências Contábeis atuam, inserindo no mais amplo feudo da Sociologia Comercial e do Direito, bem como da Economia e outras ciências. Apesar disso, a Contabilidade predispõe assumir esta ou aquela postura, embora o condicionamento não seja tão restrito quanto se possa imaginar.

Para (MIRANDA, 2004), os Postulados Contábeis são a empresa e a continuidade. Em outras palavras, premissas ou constatações básicas, não sujeitas a verificação – axiomas.

Identificado como uma proposição ou uma observação de certa realidade não sujeita a verificação e constituem a lei maior da Contabilidade, uma vez que definem o ambiente sócio-político-econômico no qual deve atuar, o seu objeto de estudo e existência no tempo (MOURA, 2004). Entre os principais Postulados Ambientais estão:

- **Entidade contábil** – dá vida e personalidade própria, determinando que o patrimônio de toda e qualquer unidade econômica que manipula recursos econômicos, independente da finalidade de gerar ou não lucros, de ser pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. Jamais deve ser confundido com a riqueza patrimonial de seus sócios ou acionistas, ou sofrer reflexões das variações nela verificadas;
- **Continuidade** – entidade é um empreendimento em andamento com a intenção de existência indefinida, ou por tempo de duração indeterminado. Devendo sobreviver aos seus próprios fundadores e ter seu patrimônio avaliado pela sua potencialidade de gerar benefícios futuros, e não pela sua capacidade imediata de ser útil somente à empresa.

## 5.2 Princípios fundamentais de Contabilidade

Representam a resposta da disciplina contábil aos Postulados – verdadeira postura filosófica-prática. Os Princípios são constituídos pelo núcleo central da estrutura contábil. Delimitam como o profissional irá se posicionar diante da realidade sócio-econômico-institucional admitida pelos Postulados.

O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer oficialmente os Princípios Fundamentais, tendo o Conselho Federal de Contabilidade, em 1981 por meio da Resolução CFC nº 530/81, identificado 16 Princípios Fundamentais de Contabilidade, atualmente reduzidos, pela Resolução nº 750/93 em apenas seis.

Por outro lado, o (IBRACON, 1994) aponta como Princípios Fundamentais da Contabilidade no Brasil:

- **Custo original como base de valor** – ativos incorporados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los, mais todos os gastos necessários para colocá-los em condições de gerar benefícios para a empresa. Permitindo-se na contabilização: amortizações, depreciações e cálculo da quota de exaustão dos ativos que ocasionaram diminuições de valor, pelo uso, decurso do tempo ou obsolescência;
- **Realização da receita e confrontação das despesas** – produtos ou serviços transferidos ao cliente, muitas vezes com o ponto de venda;
- **Denominador Comum Monetário** – de natureza essencialmente financeira está associado à qualidade de evidenciar a composição patrimonial de bens, direitos e obrigações de várias categorias, homogeneizando-os por meio da mensuração monetária;
- **Competência** – receitas e despesas atribuídas aos períodos de sua ocorrência, independentemente de recebimento e pagamento.

Numa obra, (SANTOS, 2004) complementa dizendo que os Princípios são inerentes à própria Ciência Contábil e existem independentemente do desejo ou da escolha por parte de todos aqueles envolvidos – pesquisadores, doutrinadores ou profissionais.

Os Princípios precisam ser identificados e respeitados para que a Contabilidade possa atingir os objetivos colocando à disposição dos usuários, informações contábeis úteis e relevantes, capazes de suprir as necessidades dos que delas têm carência.

## 5.3 Convenções contábeis

Na visão de (ALMEIDA, 1996), as Convenções ou Restrições, como a própria denominação indica, representam, dentro do direcionamento geral dos Princípios, certos condicionamentos de aplicação, numa ou noutra situação prática. Qualificam e delimitam o campo de atuação dos Princípios em certas situações.

Nesta perspectiva, (IUDICÍBIUS, 2004) esclarece que as Convenções são objetivas e têm a função de indicar a conduta adequada que deve ser observada no exercício da Contabilidade. Também são chamadas de restrições aos Princípios:

- **Convenção da objetividade** – ao exercendo seu papel de forma objetiva com

imparcialidade nos negócios, o profissional sempre se baseia em documentos que comprovam a ocorrência do fato administrativo;

- **Convenção da materialidade** – a fim de se evitar perda de recursos e tempo da empresa, as informações são relevantes, justas e adequadas, considerando a relação custo *versus* benefício a ser gerada;

- **Convenção da consistência (uniformidade)** – para facilitar sua interpretação e sua análise, os relatórios são elaborados conforme o conteúdo das informações consistentes;

- **Convenção do conservadorismo (prudência)** – ao manter uma conduta mais conservadora em relação aos resultados, o profissional evita projeções distorcidas. É preferível ter expectativa de prejuízo e a entidade apresentar resultados positivos. Desta forma, caso haja duas opções igualmente válidas opta-se sempre por aquela que acusa um menor valor aos ativos e às receitas, como o maior valor aos passivos e às despesas.

## 6. NORMAS CONTÁBEIS

Nos países onde a Contabilidade não é tida como ciência, mas como uma arte ou método, os princípios e as normas podem ser tomados como sinônimos. Segundo Franco (apud MOURA, 2004), os Princípios são caracterizados como "imutáveis em quaisquer circunstâncias de tempo ou local", enquanto as normas "evoluem e se modificam de acordo com o desenvolvimento econômico, a evolução tecnológica e as próprias condições individuais e específicas de cada entidade em que as normas são aplicadas".

As Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) estabelecem regras de conduta profissional e procedimentos técnicos previstos a Resolução CFC nº 560/83, de 28 de outubro de 1983, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. (MIRANDA, 2004) destaca que as NBC classificam-se em Profissionais e Técnicas com numeração seqüencial:

- **Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC-P)** – estabelecem regras de exercício profissional;

- **Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas (NBC-T)** – determinam doutrinas, regras e procedimentos aplicados de Contabilidade.

As NBC podem ser detalhadas por meio de Interpretações Técnicas (IT). Como por exemplo: o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) pode emitir Comunicados Técnicos (CT) quando ocorrerem situações decorrentes de atos governamentais que afetam transitoriamente as NBC. A inobservância de

NBC constitui infração disciplinar, sujeita às penalidades previstas nas alíneas "c", "d" e "e" do artigo 27 do Decreto-Lei nº 9295, de 27 de maio de 1946, aplicável ao Código de Ética Profissional do Contabilista.

## 7. CONCLUSÃO

A Contabilidade nasceu com o compromisso e a necessidade de bem informar. Seu progresso passou por fases conforme a evolução dos povos, suas literaturas e doutrinas. No entanto, apenas no século XX os estudiosos tiveram a preocupação de identificar e formalizar de maneira prática e objetiva os princípios que regem a Contabilidade, bem como fixar normas e regras para sua aplicação íntegra e efetiva.

As ciências Contábeis concentram-se no cálculo e na apresentação do lucro líquido resultante de regras específicas de realização e vinculação num balanço que se relaciona com o período corrente a períodos futuros.

Em suma, o escopo principal da Contabilidade e dos relatórios dela emanados é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões com segurança. Tendo em vista que as Informações Contábeis devem ser elaboradas rigorosamente de acordo com as normas vigentes, estas subordinadas aos Princípios Contábeis.

Em outras palavras, a preposição específica das Ciências Contábeis é o seu usuário, interno e externo. Pouca importância terá uma informação contábil se a utilidade a que se destina for nula.

Como toda ciência, a Contabilidade necessita de mudanças para acompanhar a evolução da economia, ampliando sua quantidade e dando maior confiabilidade nas informações – hoje é vista como sistema de informações – e aprimoramento das demonstrações. Mesmo assim, a função essencial da Contabilidade não se alterou ao longo do tempo.

Para atender as necessidades dos usuários seria imprescindível um estudo de modelo decisório de cada tipo de tomador de decisão, sabendo-se que a informação contábil disponível poderá também influenciar no modelo de decisões do usuário.

A moderna Contabilidade deve ser estruturada visando ser um instrumento de informação, decisão e controle, fornecendo informações capazes de atender plenamente os objetivos dos usuários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIROSA NETTO, Marcos Antônio. Contabilidade. In: **Grande Enciclopédia de Organização e Administração Empresarial, Contabilidade e**

**Prática Comercial**. v. 2. São Paulo: Nova Brasil, 1980.

ALMEIDA, M. C. **Curso básico de contabilidade**: introdução à metodologia da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1996.

ANDERSEN, A. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

ARAÚJO, Dirceu Carneiro de. Conceito de contabilidade. In: **Gesbanha**. Disponível em: [http://www.gesbanha.pt/cont/conthis/cont\\_his.htm](http://www.gesbanha.pt/cont/conthis/cont_his.htm). Acesso em: 21 jun. 2004.

CREPALDI, S.A. **Curso de contabilidade**: resumo e teoria. São Paulo: Atlas, 1995.

Estrutura conceitual básica da contabilidade. In: **Fibiapino**. Disponível em: <http://www.geocities.yahoo.com.br/fibiapino/estruturaconceitual.htm>. Acesso em: 21 jun. 2004.

FLORENTINO, Américo M. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: FGV, 1996.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. **Princípios contábeis**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

Introdução às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC). In: **Portal de Contabilidade**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/normascontabilidade.htm>. Acesso em: 21 jun. 2004.

História da contabilidade. In: **Contabilidade**. Disponível em: <http://www.historia/contabil.chetianas.com.br/histori.htm>. Acesso em: 21 jun. 2004.

. Acesso em: 21 jun. 2004.

IUDICÍBIUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976.

MEDRADO, Thiago Augusto Durães. Teoria da contabilidade. In: **FUMEC**. Disponível em: <http://www.fumec.com.br>. Acesso em: 18 mai. 2004.

MIRANDA, Daniela. Conceitos e tipos de contabilidade. In: **SERCONTEL**. Disponível em: <http://www.pessoal.sercontel.com.br/carneiro/contal>. Acesso em: 21 jun. 2004.

MOURA, Iraldo José Lopes de. A história da contabilidade. In: **Iraldo**. Disponível em: <http://www.iraildo.cjb.net>. Acesso em: 18 mai. 2004.

O fórum de estudos contábeis. In: **Larrante**. Disponível em: <http://www.usuarios.cultura.com.br/larrante/A%20%20Contabilidade.htm>. Acesso em: 21 jun. 2004.

RODRIGUES, Márcia. Teoria da contabilidade. In: **FUMEC**. Disponível em: <http://www.fumec.com.br>. Acesso em: 18 mai. 2004.

SANTOS, Lourival Arantes. A história da contabilidade. In: **Diário Econômico**. Disponível em: <http://www.diarioeconomico.com/edicon/noticias>. Acesso em: 21 jun. 2004.

VIANA, Cibilis da Rocha. **Teoria geral da contabilidade**. São Paulo: Sulina, 1997.

WALTER, M. A. **Contabilidade básica**. São Paulo: Saraiva, 1996.

Principal objetivo da contabilidade: informações contábeis. In: **Milênio**. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/siqueira/tr158.htm>